

ENTREVISTA

Brasil-França em pé de igualdade: uma conversa com Benoît de L'Estoile

**Brazil and France on the same level: A conversation
with Benoît de L'Estoile**

**Brasil y Francia en un plano de igualdad: una
conversación con Benoît de L'Estoile**

Benoît de L'Estoile* 

Entrevista concedida a:

Camila Gui Rosatti** 

Eduardo Dimitrov*** 

RESUMO

A trajetória do antropólogo Benoît de L'Estoile, pesquisador sênior do Centre national de la recherche scientifique (CNRS) e atualmente diretor de pesquisa e ensino do Musée du Quai Branly - Jacques Chirac, em Paris, que realizou extenso trabalho de campo no Brasil, é explorada nesta entrevista conduzida por Camila Gui Rosatti e Eduardo Dimitrov.

Palavras-chave: cooperação acadêmica Brasil-França, intercâmbio simétrico, projetos Capes/Cofecub.

* Ecole normale supérieure, PSL, Paris, França.

Diretor de Pesquisa do Centre national de la recherche scientifique (CNRS), diretor de pesquisa e ensino do Centre Maurice Halbwachs (CMH, UMR 8097), na École normale supérieure, Paris, e professor de antropologia no Departamento de ciências sociais da École normale supérieure, Paris.

** École des hautes études en sciences sociales, Paris, França.

Doutora em Sociologia e pesquisadora associada do Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain (CRBC/EHESS).

*** Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Doutor em Antropologia Social e professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB.

ABSTRACT

The career of anthropologist Benoît de L'Estoile, senior researcher at the Centre national de la recherche scientifique (CNRS) and currently director of research and teaching at the Musée du Quai Branly - Jacques Chirac in Paris, who conducted extensive fieldwork in Brazil, is explored in this interview conducted by Camila Gui Rosatti and Eduardo Dimitrov.

Keywords: Brazil-France academic cooperation, symmetrical scholarly exchange, Capes/Cofecub projects.

RESUMEN

La trayectoria del antropólogo Benoît de L'Estoile, investigador principal del Centre national de la recherche scientifique (CNRS) y actualmente director de investigación y docencia del Musée du Quai Branly – Jacques Chirac de París, quien realizó un extenso trabajo de campo en Brasil, es explorada en esta entrevista realizada por Camila Gui Rosatti y Eduardo Dimitrov.

Palabras clave: cooperación académica Brasil-Francia, intercambio simétrico, proyectos Capes/Cofecub.

No dia 18 de julho de 2025, no Musée du Quai Branly – Jacques Chirac, em Paris, Camila Gui Rosatti entrevistou Benoît de L'Estoile, com Eduardo Dimitrov acompanhando por videoconferência. A conversa percorre a trajetória de Benoît entre Brasil e França desde os anos 1980–90, passando pela École Normale Supérieure, pelo PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, pelos muitos convênios Capes/Cofecub dos quais participou, até sua atuação atual como diretor de Pesquisa e Ensino no Quai Branly, rodeado de pesquisadores brasileiros. O fio que amarra essa trajetória é a reconstrução de uma rede de cooperação franco-brasileira, entendida não apenas como somatório de afinidades pessoais, mas como tecelagem institucional (programas, bolsas, estágios, missões, publicações) pautada na circulação efetiva e simétrica de pessoas, ideias e práticas entre universidades e museus.

Ao longo da entrevista, Benoît de L'Estoile insiste na simetria das relações, tentando romper com o padrão de franceses que “ensinam” no Brasil e brasileiros que “aprendem” na França. Relata muitas experiências de parcerias que horizontalizaram a produção de conhecimento: cursos (e não só palestras), tradução simultânea para que cada um fale em sua própria língua, coautorias que reconhecem contribuições variadas e campos de pesquisa conjuntos que cruzam temas (Estado, trabalho, território, museus) em vez de limitar pesquisadores ao “seu” país. Essa guinada aparece também na memória de eventos-chave, como o encontro Ciências Sociais, Estado e Sociedade (1997), e de pesquisas e exposições que articularam formação de estudantes, diálogo com sindicatos e movimentos sociais e devolutivas públicas por meio de exposições.

As exposições “Lonas e bandeiras em terras pernambucanas” e “Nous sommes devenus des personnes: nouveaux visages du Nordeste brésilien” (ENS, 2003), ambas fruto do trabalho de campo realizado no final dos anos 1990 por um grupo de pesquisadores e estudantes do Museu Nacional/UFRJ e da ENS sobre o movimento de ocupações de terra em Pernambuco, são exemplos notáveis de restituição de pesquisa e de intervenção crítica na representação social. Ao combinar retratos individuais e familiares com relatos de histórias de vida, elas reconstituem a presença de homens e mulheres que lutaram pela reforma agrária, sujeitos que, quando não invisibilizados, são frequentemente retratados pela imprensa como massa anônima ou agentes da desordem social. Nessas interlocuções entre pesquisadores e pesquisados, o uso da fotografia deixa de ser uma simples

coleta de dados para se tornar um instrumento de troca e de construção conjunta de novas imagens e imaginários sociais.

Entre universidade e museu, entre as pesquisas de campo e os cursos em salas de aula, a entrevista mostra como usar as brechas das instituições – muitas vezes estruturalmente assimétricas – para subverter hierarquias, redistribuir a palavra e reconfigurar a cooperação Brasil–França como um projeto de pesquisa comum, crítico e mutuamente transformador.

Camila Gui Rosatti: Como o Brasil entra na sua vida? É um pouco acidental, porque a gente sabe que tem a ver com a ida pela embaixada, pela Maison de France.

Benoît de L'Estoile: Na verdade, o Brasil entrou na minha vida muito mais cedo, quando eu tinha 17 anos. Terminando o colégio, entrei num movimento, *Frères des Hommes* (Irmãos dos Homens), uma ONG que estava mudando de paradigma, passando da “ajuda aos pobres” e da “luta contra a fome” pelo mundo a uma visão “terceiro-mundista”, como dizíamos na época, insistindo em parcerias com organizações do Sul para o “desenvolvimento”. Discutíamos temas ligados à justiça social. Lembro que a ONG produziu uma fita K7 sobre o Brasil que falava das desigualdades sociais e raciais, da invasão da Amazônia, do desmatamento e outros assuntos semelhantes. Era o tempo das rádios livres na França, e havia um programa na *Radio Ici et Maintenant* em que as pessoas podiam ligar, fazendo uma espécie de “gato” no fio telefônico para passar música. Eu passei essa fita sobre o Brasil naquela rádio. Sem nunca ter conhecido o país, eu já marcava interesse nele.

CGR: E isso era durante a ditadura no Brasil? Porque você nasceu na década de 60, então devia ser 1977, 1978...

BL'E: Não, foi em 1983, 1984, no período da abertura. Mas já era um Brasil diferente das imagens exóticas que dominavam aqui.

Quando entrei, em 1986, na École Normale Supérieure da rue d’Ulm, olhei o cartaz gigante com o programa de cursos da École des Hautes Études en Sciences Sociales e encontrei o seminário de “Socioeconomia do Desenvolvimento”, ministrado por Ignacy Sachs,¹ que batia com meu interesse para o desenvolvimento. Ele falava de figuras utópicas como André Gorz, Ivan Illich, de marxistas poloneses como Tepicht e Kula ou

¹ O economista Ignacy Sachs (1927-2003) criou na EHESS o Centro Internacional de Pesquisa sobre a Economia do Desenvolvimento (CIRED) e depois o Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain (CRBC).

do russo Tchayyanov, especialista da economia camponesa, comparava a reforma agrária no Chile e no Brasil com as da Coreia e do Japão... Logo em seguida, ele tinha um outro seminário sobre o Brasil contemporâneo, para o qual convidava pesquisadores brasileiros – Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Ricardo Abramovay, Licia Valladares... O Cristovam Buarque deu uma palestra sobre a reforma universitária no Brasil, e eu o entrevistei para um jornal estudantil na Sorbonne que havia sido criado num movimento de protesto em 1986. Eu pensava: “Olha, no Brasil há caras interessantes!”

Na École Normale, fiz História e Ciências Sociais. No início, meu interesse pela Antropologia era secundário, mas depois cresceu, e acabei fazendo uma tese na área. Eu estava próximo do Bourdieu e de seu grupo. Como também me interessava por História, resolvi tentar a agregação² em História e Geografia. O tema da prova de Geografia era o Brasil, e Hervé Théry, na época professor na ENS, era quem dava as aulas. Caiu o tema “A terra e os homens no Brasil”. Tirei uma ótima nota; depois percebi que tinha uma visão totalmente abstrata, mas o tema da terra já estava ali...

Na França, na época, havia o serviço militar obrigatório de um ano, mas, para quem tinha diploma, era possível fazer a chamada “cooperação”, de 18 meses em outro país. Ouvi de um colega sobre o *Bureau du Libre*, no Ministério das Relações Exteriores. Eles me deram três opções: Bucareste (Romênia), Hanói (Vietnã) ou Rio de Janeiro (Brasil). Bucareste não me atraía, era logo após a queda do ditador Ceaușescu, que tinha destruído o país. Hanói parecia interessante – eu podia amar ou odiar... O Brasil podia ser uma oportunidade, apesar de não ser visto como destino de estudos, mas de férias, ou para fazer o que vocês chamam de etnologia, o que não me interessava. O meu predecessor no cargo, que estava no Rio, me disse: “Se você gostar de praia, vai adorar.” Eu pensei: “Odeio praia.” Para mim, não era incentivo algum. Se ele tivesse dito “você vai encontrar intelectuais interessantes”, talvez fosse diferente. Mas, enfim, apesar da praia, fui para o Rio – e, obviamente, acabei amando a praia.

CGR: Isso foi em 1991?

BLE: Foi decidido em 1991; eu soube que viajaria na primavera de 1992. No final de 1991, cruzei com Monique de Saint-Martin na *Maison des Sciences de l'Homme*, no Boulevard Raspail, quem me disse: “Se for para o

²A *agrégation* é um concurso público francês que habilita professores para o ensino superior e secundário.

Brasil, você precisa conhecer a Lygia Sigaud.” Ela estava fazendo pós-doc no Centre de Sociologie de l’Éducation et de la Culture (CSEC).

Lygia nos convidou – eu e minha namorada, Charlotte³ (com quem me casei antes de ir ao Brasil) – para a casa dela. Luc Boltanski estava em Princeton e havia deixado a casa para ela, que morava lá com três filhos e uma amiga. Era o *hôtel particulier* da família Boltanski, na Rue Grenelle, mencionado no livro *La Cache* (Boltanski, 2015). Coincidência? Não – “coincidência sociológica”. Lygia e os filhos começaram a nos falar do Brasil, do pôr do sol em Ipanema... Era dezembro de 91, no frio de Paris. Ficamos empolgados e dissemos: “Acho que vai valer a pena essa viagem.” Lygia nos colocou em contato com seus colegas do Museu Nacional – Afrânio Garcia, Marie-France Garcia-Parpet, Sérgio Leite Lopes, Rosilene Alvim, que nos receberam no Rio.

CGR: Porque Afrânio ainda estava no Museu?

BLE: Sim, ele ainda estava no PPGAS, no Museu Nacional.

Cheguei no início de março de 1992 – numa quarta-feira de carnaval. Três dias depois, colegas franceses me levaram para o desfile das campeãs no Sambódromo, e fiquei deslumbrado, também pelo fato de a escola campeã, a Estácio de Sá, ter escolhido como tema um episódio do modernismo literário no Brasil, a Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922.⁴

No *Bureau du Livre*, meu trabalho era divulgar livros franceses e implementar o programa Carlos Drummond de Andrade, de apoio à tradução no Brasil. Eu contactava editoras – Nova Fronteira, Companhia das Letras, Brasiliense, Editora 34 e outras, Rocco etc. – para escolher obras a serem apoiadas. Queria priorizar livros difíceis de traduzir sem ajuda, como *Le Dimanche de Bouvines*, de Georges Duby (1993), que exigia tradução dos anexos. Também apoiamos Texaco, de Patrick Chamoiseau (1993), com numerosas palavras em *créole* (crioulo) da Martinique, traduzido por Rosa Maria Freire d’Aguiar, esposa de Celso Furtado. Na época, encontrei Luiz Schwarcz, que tinha criado a Companhia das Letras poucos anos antes... Afrânio me convenceu a apoiar a tradução do *Le Sens Pratique*, de Bourdieu, pela Editora Brasiliense, mas, por razões diversas, não saiu.

Foi assim que comecei a construir minhas primeiras relações intelectuais no Brasil.

³ Charlotte de Castelnau-L'Estoile, historiadora e professora de História do Brasil na Sorbonne.

⁴ Contei esse episódio no texto “Prefácio. Trinta anos de patrimônios e museus no Brasil: fragmentos de memórias subjetivas.” (L'Estoile, 2022).

CGR: Interessante, porque você entra pelo livro – um campo intelectual, mas também de mediação. Entra pela embaixada, mas já está em contato com o Museu porque tem essa rede. E a Charlotte? Sabemos que ela também pesquisou no Brasil. Como foi coordenar esses projetos? Ela se adaptou bem ao terreno brasileiro? Conseguiu bolsa para coincidir e ficar os 18 meses?

BLE: Sim, Charlotte foi com bolsa em 1992. Ela trabalhava sobre a América Latina, especialmente o Peru, e passou a estudar o período colonial brasileiro, as missões jesuíticas no Brasil do século XVI.⁵ Ela seguiu um curso de especialização em história da arte na Universidade Federal de Ouro Preto. Ela fez contatos com historiadores e historiadores da arte, enquanto eu me aproximava mais de sociólogos e antropólogos.

CGR: Desse lugar de trabalho como “serviço nacional”, entre aspas, na Embaixada, como o Brasil foi se tornando campo de pesquisa e reflexão antropológica? Como se deu essa passagem? Você voltou ainda inscrito na Escola Normal? Já tinha feito a agregação?

BLE: Sim, já tinha obtido a agregação. Entrei na École normale supérieure da rue d’Ulm em 1986, depois de ter estudado Latim e Grego; na ENS, passei um ano na Universidade de Princeton, no Departamento de Romance Languages, ensinando francês e literatura, e terminei antes do serviço militar.

Comecei uma tese em sociologia a partir de um DEA⁶ na EHESS, orientado por Pierre Bourdieu, sobre o que chamei “a ciência dos povos coloniais”, para entender as relações entre antropologia e poder colonial sobre a África na França e na Grã-Bretanha. Interessei-me pelas diferenças entre as tradições francesa e inglesa e pela relação entre ciência e prática. Queria entender como o saber produzia efeitos na sociedade – um saber prático, não abstrato.

CGR: Você conheceu Bourdieu porque tinha contato pela École Normale, mas ele já estava no Collège de France...

BLE: Sim. Foi o sociólogo Jean-Louis Fabiani, meu tutor na École normale, que me colocou em contato (o historiador Alain Dewerpe era meu outro tutor). Desde o segundo ano, comecei a frequentar o seminário de Bourdieu, quando fazia uma pesquisa em sociologia na universidade de Nanterre sobre os jornalistas de *La Croix-l'événement*. Depois pedi para fazer o DEA com ele – isso foi no ano acadêmico 1990-1991; eu era colega de turma da Gisèle Sapiro, outra orientanda de Bourdieu.

⁵ Castelnau-L'Estoile (2025).

⁶ O DEA (Diplôme d'Études Approfondies) era um diploma francês de pós-graduação, equivalente a um mestrado de pesquisa, etapa preparatória ao doutorado.

Foi assim que conheci alguns membros do grupo bourdieusiano – Francine Muel-Dreyfus e Monique de Saint-Martin, que davam aulas no DEA, Victor Karady – e seguia os seminários do próprio Bourdieu.

Depois de um primeiro acordo CNRS-CNPq entre o PPGAS e o CSEC (1990–1992), foi montado, em 1993, um projeto entre o CSEC e o PPGAS/Museu Nacional.⁷ Foi decidido incluir o “Laboratório de Ciências Sociais” da École Normale Supérieure (ENS) porque lá estava Stéphane Beaud, muito amigo de Michel Pialoux, que conheci no Brasil quando ele foi convidado por Sérgio Leite Lopes. O projeto envovia, por um lado, o Laboratoire d’Anthropologie Sociale (LAS), Collège de France e EHESS, com Philippe Descola e Eduardo Viveiros de Castro, mais ligados à etnologia, e, por outro, o CSEC e o Laboratoire de Sciences Sociales (LSS), com antropólogos sociais como Afrânio Garcia, José Sérgio Leite Lopes e Moacir Palmeira.

Esse segundo acordo (1994-1997) foi “Natureza, Trabalho, Cultura e Poder”, com dois grandes eixos: État, école et marché du travail (Antropologia Social; CSEC + LSS) – de caráter sociológico e antropológico – e Aspects écologiques, sociologiques et idéologiques des rapports société/milieu dans l’Amazonie indigène (Etnologia, LAS). A coordenadora era Monique de Saint-Martin, figura central nas relações do grupo de Bourdieu com o Brasil e, mais geralmente, América Latina.

CGR: Eu não sabia que os dois grupos do museu – o da “antropologia social” e o da “etnologia” – estavam associados nesses projetos...

BL'E: Naquele momento, priorizou-se a dimensão institucional do PPGAS na relação com a França, e não linhas de pesquisa concorrentes. As cisões vieram depois, com o “racha” entre Eduardo Viveiros de Castro e João Pacheco de Oliveira, uma clivagem interna ao PPGAS. Em 1994, fui o primeiro a beneficiar-se de uma missão no convênio, justamente por representar o novo parceiro, a École Normale Supérieure. Na época, o “Laboratório de Ciências Sociais” não tinha orçamento, nem ligação com o CNRS, mas abrigava as atividades de pesquisa dos professores e alunos de Ciências Sociais da ENS. Christian Baudelot tinha chegado em 1990 como novo professor, criando o Departamento de Ciências Sociais, abrangendo Sociologia, Economia e Direito – a Antropologia ainda não existia formalmente. Havia Florence Weber, que na época se considerava mais como socióloga do que antropóloga.

⁷Esses convênios estavam geralmente coordenados do lado brasileiro por professores do PPGAS/MN/UFRJ, incluindo também professores do IFCS/UFRJ.

Voltei a Paris no final de agosto de 1993 para ensinar no DEA de Sciences Sociales, um mestrado pluridisciplinar de pesquisa que juntava professores da ENS e da EHESS. Existia na época, para os *normaliens* (egressos da ENS), um sistema chamado AMN *Allocataire Moniteur Normalien*, destinado a quem fazia doutorado: recebia uma bolsa de doutorado e uma pequena quantia adicional para atuar como monitor – algo exclusivo para ex-alunos da École Normale. Tive essa bolsa por três anos. Passei a dar aulas de Antropologia junto com o antropólogo Alban Bensa, especialista dos Kanak de Nova Caledônia.

CGR: Alban Bensa? Que está nos projetos no Brasil?

BLE: Sim, ele conheceu o João Pacheco de Oliveira, em 1997, no Rio, num evento do qual falarei mais tarde. Em 1994, fiz um trabalho de campo no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Em julho de 1993, tínhamos viajado com Charlotte, em nosso Chevette com motor a álcool, pelas antigas cidades coloniais a partir de Sabará, Conceição do Mato Dentro e Diamantina, e depois pelo Vale do Jequitinhonha, Serro, até Minas Novas e Chapada do Norte. Na época, boa parte era estrada de chão. Descobrimos as Irmandades negras e ouvimos falar das festas do Rosário dos Negros, celebrações populares negras, católicas, com dimensões que eram consideradas “folclóricas”, com os chamados *catopés*, *caboclos* e *marinheiros*. Daí surgiu a vontade de voltar e aprofundar o estudo da cultura negra em Minas, na época pouco estudada em comparação com a Bahia. Isso foi em julho de 1994, no Serro, Milho Verde e Minas Novas. Fiz muitas entrevistas; foi essencial na minha formação. Meu primeiro contato prolongado com o mundo rural brasileiro, com pessoas vivendo em condições difíceis. Havia padres italianos ativos na região e, por meu sotaque e meu jeito, alguns acharam que eu era um jovem missionário! Uma vez ouvi: “Deixem entrar o padre!”

CGR: Essas confusões do campo, não é? Como você é lido...

BLE: Esse encontro com o mundo rural brasileiro, numa região marcada desde o tempo colonial pela herança da escravidão, pela desigualdade, pela fome e pela importância das migrações de trabalho para o Estado de São Paulo, o que encontraria depois em Pernambuco.

CGR: Essas pesquisas duravam quanto tempo?

BE: Foi uma pesquisa pessoal de um mês, aproveitando a minha ida ao Brasil depois da minha estadia na UFRJ pelo convênio. Mas, por falta de recursos, não foi possível dar continuidade a essa pesquisa, que não avançou.

Eu dividia-me entre a tese e meu trabalho na ENS, que era muito maior do que deveria ser – eu não contava as horas. Fazia várias tarefas interessantes: convidava professores visitantes, organizava a política internacional do departamento de Ciências Sociais da Escola Normal, organizava seminários e pesquisas internacionais, tudo isso com um cargo precário de *agrégé réparateur*.⁸ Por isso, minha tese demorou anos e só foi concluída em 2004, pois fazia mil coisas ao mesmo tempo.

CGR: E um pouco fora do tema da sua tese...

BL'E: Exato. Cheguei inclusive a pensar em mudar o tema da tese para minhas pesquisas no Brasil, mas a questão do saber colonial me fascinava, e acabei fazendo as duas coisas simultaneamente, o que não foi muito estratégico em termos de carreira.

CGR: Uma parte institucional com o Brasil, outra de pesquisa construída a partir da tese com...

BL'E: Sim. E é importante registrar que logo a Lygia veio como professora visitante na École Normale Supérieure.

CGR: Eu anotei aqui: em dezembro de 1995 ela veio como professora visitante. 1998, 2000, 2001, 2004.

BL'E: Exato. Organizamos a modalidade de professor associado para estrangeiros: a pessoa vinha por quatro anos, durante três meses anuais. Montamos o projeto e ela foi aprovada. Lygia esteve em Paris em 1995 e 1996, e depois em 1998, 2000, 2001 e 2004.

Na época, havia também o estágio de treinamento de campo para alunos do DEA em Ciências Sociais, um mestrado interdisciplinar entre Antropologia, Sociologia e História, em parceria entre a ENS e a EHESS. Eu a convidei para participar – era o estágio em Meaux, se não me... engano – e ela adorou. Disse: “Seria ótimo fazer isso no Brasil”.

CGR: É o de Meaux e o de Brie também, não é? É esse modelo que depois será feito no Brasil, em Rio Formoso?

BL'E: Isso, foi essa a inspiração.

CGR: Que era isso: uma semana de campo com vários alunos de várias áreas.

BL'E: Sim, uma atividade pedagógica que gerou frutos de pesquisa. Um exemplo é o artigo que escrevi, *Le goût du passé: érudition locale et appropriation du territoire*,⁹ resultado de uma pesquisa coletiva feita na

⁸ A tarefa principal era dar cursos para o concurso da *agrégation* em ciências sociais e preparar os alunos para as provas.

⁹ L'Estoile (2001).

ENS a partir desses estágios. Ficamos três anos no mesmo local em Meaux e fizemos essa etapa sobre erudição e história local na região de Brie.

Mas, voltando a Lygia... Quando você lê trabalhos como *Bourdieu et les Amériques*,¹⁰ ou os ótimos artigos de Monique de Saint-Martin e Maria Eduarda Rocha, claramente se vê que os brasileiros iam à França aprender, enquanto os franceses iam ao Brasil ensinar. Era uma relação assimétrica, reforçada pelo próprio desenho da Capes, voltado à formação (“aperfeiçoamento”) dos professores brasileiros.

Os franceses não iam para se formar, mas para “ensinar”, levar “a boa palavra”. Assim, quem vinha à França tipicamente fazia um pós-doc de vários meses ou mais de um ano, e uma ou outra apresentação, digamos, no seminário do Centre de Sociologie Européenne... Já os franceses no Brasil davam aulas e palestras.

Havia, portanto, uma clara assimetria. Quando começamos, resolvemos mudar esse padrão e buscar uma relação mais simétrica, dentro das possibilidades institucionais. Por exemplo, a Capes previa bolsas para brasileiros passarem uma temporada na França, mas não o contrário, até que foi permitido transformar “missões curtas” de pesquisadores em dois meses de estágio para doutorandos. Cinco dos meus orientandos se beneficiaram disso, inclusive dois deles não estudando o Brasil.

Mesmo assim, insistimos. E quando os brasileiros chegavam, eu dizia: “Vocês vão falar no DEA (mestrado), não apenas nos seminários de pesquisa – vocês vão ensinar.” Pedi a Lygia que desse uma aula sobre Edmund Leach. Também participaram José Sérgio Leite Lopes, Beatriz Heredia e Federico Neiburg (que falava pouco francês na época). A ideia era que eles não falassem como ‘brasilianistas’, mas como pesquisadores de questões sociológicas e antropológicas. Como dizia Lygia: “Os físicos não fazem ‘física do Brasil’; fazem física, sejam brasileiros ou franceses; é a mesma coisa na antropologia.”.

CGR: É a ideia de simetrizar. Os brasileiros vêm falar do campo e das teorias que elaboram; esse nexo entre teoria e campo... Seria recolocar essas hierarquias...

BLE: Exatamente. O padrão do Capes/Cofecub em ciências humanas e sociais, diferente das ciências naturais, baseava-se muitas vezes em parcerias entre franceses ‘brasilianistas’ e brasileiros. Falava-se, por exemplo, sobre

¹⁰Garcia Jr. et al. (2023).

Amazônia, desigualdade social, história do Brasil. Outro modelo era o da “comparação espelho” – comparações França–Brasil – segurança e crime nos dois países, por exemplo. Nesse último modelo, os franceses pesquisavam a França, e os brasileiros, o Brasil. Minha ideia era incentivar brasileiros a pesquisarem na França, o que era difícil por várias razões.

CGR: E Lygia já tinha essa concepção? No Brasil, havia pesquisadores tentando se colocar de modo diferente, via Capes/Cofecub?

BLE: Sim. Há um episódio relatado por Maria Eduarda Rocha: Bourdieu quis convidar os brasileiros para um evento na França – havia o Sérgio Miceli, que já tinha feito tese com ele. Bourdieu pediu resumos dos participantes para confirmar o convite, mas o pessoal do Museu Nacional, liderado por Lygia e Moacir Palmeira, recusou por considerar o formato muito assimétrico, e o evento acabou cancelado. Quando li isso recentemente, entendi melhor por que Lygia insistia tanto sobre a simetria. Mas entre nós essa questão nunca foi um problema – era evidente que a relação devia ser horizontal.

Quando eu trabalhava na embaixada, recebi, em 1993, o então presidente do Cofecub, um jurista de Montpellier. Havia convidado Moacir Palmeira e Sérgio Leite Lopes para conversar com ele no consulado, e o homem foi arrogante e prepotente. Disse algo como: “Vocês sabem que precisam ter um programa de pós-graduação para entrar no Cofecub?”. Fiquei constrangido. Pensei: “Você está falando com pesquisadores muito mais qualificados que você...” Claro que não disse nada, mas ficou evidente que o sistema era estruturalmente desigual.

Em 1994, saiu um número da revista *Études Rurales*, organizado por Afrânio Garcia, reunindo essa geração de trabalhos sobre o Nordeste. Eu já tinha lido *O Vapor do Diabo*, de Sérgio Leite Lopes, e alguns trabalhos de Moacir Palmeira. Sabia que queria levar esse pensamento para a França, para que estudantes tivessem acesso a essa produção. Lygia publicou na *Social Science Information* (MSH), bilíngue. Depois, Lygia publicou textos na revista *Genèses*, fruto das suas passagens pela ENS, e em especial do diálogo com Florence Weber.

CGR: Mas o declínio da indústria açucareira no Brasil entra em qual debate na França? Porque é um tema específico da passagem da sociedade rural para a moderna brasileira. E você falou em “trazer os pesquisadores para falar na universidade”. Esse tema entra com que sentido na universidade francesa?

BLE: Não tinha interesse nenhum no “declínio da cana-de-açúcar” em si, mas na questão sociológica das mudanças nas formas de dominação.

Por exemplo, quando atuava no DEA em Ciências Sociais, criei um ciclo de seminários sobre como autores clássicos são usados no presente. Organizei um ciclo Max Weber. Chamei Bourdieu – ele não veio –, mas vieram outros: Randall Collins, dos Estados Unidos, e Afrânio Garcia, para mostrar como ele mobilizava Weber em estudos sobre mudança de dominação no Nordeste. A entrada era essa: usar Weber sobre os trabalhadores a leste do Elba – havia um artigo do Michael Pollak na *Actes de la recherche* – num campo diferente. Não era “pelo Brasil”, mas pelo problema das formas de dominação, num viés comparativo, criando analogias e questões comuns, e não por interesse no objeto empírico em si.

CGR: Questiona, assim, uma ideia de estudos “brasilianistas”, focados na busca de uma “especificidade do Brasil”, recolocando-o dentro de categorias de pensamento, formas de classificação do poder, de uma antropologia política. Isso diz de outra maneira de pensar o lugar do Brasil nas pesquisas aqui na França.

BLE: Recuperei faz pouco uma entrevista que fiz com Lygia, em 1996, inédita, em que falávamos sobre “antropólogo brasileiro” e “brasilianista”. Citando Clifford Geertz, eu dizia que os antropólogos “estudam em uma aldeia, mas não a aldeia”. Do mesmo modo, estudamos no Brasil, não “o Brasil” como objeto. Mas, quando um antropólogo brasileiro atravessa o Atlântico, muitas vezes vira “brasilianista” – como ocorreu com Afrânio Garcia, *malgré lui*.

CGR: O pesquisador brasileiro é localizado nesse lugar independentemente de se colocar ou querer ocupar – é posto nesse nicho...

BLE: Exato. O Afrânio não se imaginava “brasilianista” antes de se deslocar. Trabalhava sobre o país como Eduardo Viveiros de Castro, que não é visto como um “brasilianista”.

Eduardo Dimitrov: É, mas essa é a questão – até da minha tese. Artistas brasileiros, em Paris, seguem vistos como “brasileiros”: espera-se que pintem a tropicalidade, as cores da cana-de-açúcar... Cícero Dias faz arte abstrata, quadrados e linhas, e encontram o verde da cana, o azul do céu... Me impressiona que vocês tenham criado um grupo com maior simetria.

BLE: Aprendi que, nessas parcerias, relações pessoais contam muito. Em momentos de tensão ou mal-entendido (na época, sem telefone e quase sem

e-mail; era fax), ter laços pessoais ajuda a superar conflitos. Lygia Sigaud, Afrânio Garcia e José Sérgio Leite Lopes falavam francês muito bem, o que ajudava.

Convidar Lygia para iniciar alunos no campo não era comum – geralmente era “gente da casa”. Depois fiz o mesmo com o antropólogo Claudio Lomnitz, professor em Chicago – e os dois adoraram.

Em setembro de 1997, houve o encontro “Ciências Sociais, Estado e Sociedade” no Rio de Janeiro. Na época, o diretor da École Normale Supérieure era o físico Étienne Guyon. Ele percebeu que vários departamentos da ENS tinham fortes parcerias com o Brasil: na Matemática, com o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), no Rio de Janeiro, por meio de Jean-Jacques Risler, então presidente da Sociedade Francesa de Matemática; na Filosofia, com Francis Wolff, amigo de José Arthur Giannotti e de vários filósofos da USP; nós, nas Ciências Sociais; na Física, Serge Haroche, que veio a ganhar o Prêmio Nobel; na Geografia, com Hervé Théry. Aí ele disse: “Vamos fazer um encontro de alto nível, sobre ‘Ciência, Natureza e Sociedade’”. Veio o pessoal do Collège de France, como o prêmio Nobel Georges Charpak, ele chamou Alain Touraine, que estava na EHESS, amigo do Fernando Henrique, e lá fomos nós. Eu organizei e encontrei até notas confidenciais que eu havia escrito para o Étienne Guyon, no verão de 96, para prepará-lo para o encontro que ele teria com o Fernando Henrique Cardoso. Guyon queria o apoio do presidente e eu dizia nas notas algo como “Não sei se é bom, porque o Fernando Henrique não é unanimidade entre acadêmicos no Brasil...”

Pensei a viagem como vários estágios de um foguete: um impulso inicial para atravessar o Atlântico e viabilizar etapas seguintes. Assumi a organização, a intermediação com a Embaixada e, falando com o Museu Nacional e Lygia, com a ajuda de Federico Neiburg, que conheci na ocasião, ajustamos o título para Estado, Ciências Sociais e Sociedade, nosso equivalente de “Ciência, Natureza e Sociedade”.

Mais tarde, ao ler o texto da Carla Bertin¹¹ sobre a descolonização das ciências sociais, percebi que já praticávamos uma postura de igualdade, sem usar o termo “decolonial”. Eu mesmo falava português; naquele momento, esperava-se que franceses falassem francês no Brasil, e que qualquer aluno do PPGAS seria capaz de compreender o francês, mesmo sabendo que já não era mais o caso para gerações mais jovens. Relendo as minhas trocas

¹¹ Bertin 2023.

de e-mail com a Lygia para preparar o encontro de 1997, ela insistia: “É imprescindível ter tradução simultânea; o PPGAS vai arcar com os custos para que cada um fale na sua língua.” Assim, franceses falavam francês com tradução, e brasileiros, português com tradução. Era uma simetria simbólica e prática, fundamental ao projeto.

Tivemos um evento no Instituto de Estudos Avançados da USP com o Touraine, o Christian Baudelot e o pessoal de lá. No entanto, pareceu-me que ficou um pouco periférico na USP. Foi algo mais diplomático, sem grande densidade científica. O intuito do encontro foi trazer participantes como o Christian Baudelot (diretor de Ciências Sociais na Escola Normal), o Alban Bensa (antropólogo, que nunca tinha vindo ao Brasil), o Jérôme Gautié (economista na Escola Normal) e o Jean-Claude Combessie (à época muito próximo da Lygia).

Resolvemos também incluir alunos da Escola Normal e surgiu a ideia louca de fazer um trabalho de campo coletivo transnacional, juntando professores e alunos dos dois lados do Atlântico. Vieram cinco alunos da Escola Normal, já na pós-graduação: a Claire Zalc (historiadora), a Delphine Serre (socióloga), o Frédéric Viguer (sociólogo, posteriormente na NYU, nos EUA), a Isabelle Coutant (socióloga, IRIS/EHESS) e o David Fajolles (que depois foi para a área de administração cultural na Unesco).

CGR: Mas tinha também argentinos, não?

BLE: Sim, havia argentinos no PPGAS. Eles participaram como alunos do PPGAS que, por acaso, eram argentinos.

ED: Havia trânsito de argentinos no PPGAS, interessados em antropologia social, porque, na Argentina, a tradição era a “antropologia física”.

BLE: O Federico Neiburg veio antes e se radicou no Brasil, fazendo concurso no PPGAS. Jorge Pantaleón estava lá, Hernán Gomes também. Hoje, Jorge é professor na UQAM, em Montréal, no Quebec.

CGR: E nenhum deles deu continuidade com pesquisas sobre o Brasil, né? A Claire Zalc passou a trabalhar sobre a Shoah...

BLE: Sim, e precisamente não era esse o objetivo. O David Fajolles, embora fosse quem mais demonstrava interesse em trabalhar sobre o Brasil na época, não seguiu carreira acadêmica. Eles apresentaram no seminário no Rio, e tentamos trabalhar por temas, não “sobre o Brasil”. Claire Zalc falou sobre Norbert Elias, comerciante de brinquedos em Paris nos anos 1930, pois havia iniciado sua tese sobre comerciantes estrangeiros (muitos deles judeus) em Paris.

Entre os doutorandos do PPGAS no encontro, estavam José Maurício Arruti (depois UNICAMP), Olívia Cunha, Adriana Viana (hoje no PPGAS), Jair de Souza Ramos (UFF) – os mais jovens. João Pacheco de Oliveira aproximou-se até criar seu próprio Capes/Cofecub com Alban Bensa anos depois. Também participaram Antônio Carlos de Souza Lima, Luiz Fernando Duarte. Daí saiu, em 2000, o número especial da Revue de Synthèse “Anthropologies, États et populations”,¹² que virou livro no Brasil¹³ e, depois, na Duke University Press.¹⁴

Depois chamamos outros parceiros: o Adam Kuper, que eu tinha convidado como professor visitante na ENS, conheceu em Paris a Lygia que o convidou para o Museu Nacional; Claudio Lomnitz, que eu tinha conhecido também na École Normale. Florence Weber entrou com uma resenha na versão francesa, que depois virou um capítulo nas outras versões. Jorge Pantaleón também entrou. O Jorge não tinha participado do colóquio, mas sim do campo. Foi um pouco assim, uma costura.

Os recursos eram escassos: a base foi o Capes/Cofecub – levamos Baudelot e Bensa. Afrânio foi convidado pelo PPGAS; EHESS e ENS ajudaram, a Associação dos Amigos da ENS pagou as viagens dos alunos, a UFRJ e a Fundação José Bonifácio custearam a estadia no Nordeste. Com pequenas verbas, conseguimos organizar um megaevento com efeitos duráveis. Eu escolhi integrar a comitiva do encontro “Natureza, Ciência e Sociedade” porque sabia que isso permitiria construir encontros mais interessantes.

O encontro de 1997 foi visto como divisor de águas. Até então, eram viagens isoladas de cada lado: um francês vai para o Brasil, um brasileiro vai para a França... Dessa vez, foi o encontro das instituições, com três dias de seminário internacional no museu e pesquisa coletiva em Pernambuco.

Lygia achava importante ter Afrânio como debatedor de uma mesa sobre estatísticas e Estado, pela competência no tema e por sua posição no CRBC – além das afinidades pessoais e intelectuais, e de seu lugar na EHESS.

CGR: Ele já tinha feito a transferência? Nesse momento ele já estava aqui? Foi em 1995 que ele veio com a Marie-France...

BLE: Ele veio primeiro para o IHEAL,¹⁵ depois fez a campanha para a EHESS, onde entrou em 1995. Ele sempre considerou esse duplo evento

¹² Rabier (2000).

¹³ L'Estoile, Neiburg & Sigaud (2002).

¹⁴ L'Estoile, Neiburg & Sigaud (2005).

¹⁵ Institut des Hautes Etudes d'Amérique Latine, na Sorbonne Nouvelle.

de 1997 – seminário e campo – um dos exemplos mais bem-sucedidos da cooperação franco-brasileira.

Para concluir sobre o campo: hesitamos entre fazer algo no Estado do Rio (mais perto) e ir a Rio Formoso (PE), onde Lygia trabalhava. Decidimos por Pernambuco. A ideia inicial era estudar violência. Federico Neiburg cogitou ir, mas acabou não indo.

A presença de Afrânio na experiência do campo foi central. Dividimos os participantes em pequenos grupos, sempre com falantes de português – argentinos incluídos –, e os franceses tinham feito aulas, mas a maioria ainda tinha dificuldade. O modelo de duplas vinha do treinamento francês: ninguém ia a campo sozinho.

CGR: Cada um ficou num tema, né? Tinha o tema da escola, tinha o tema...

BL'E: Os temas foram surgindo aos poucos. Depois resolvemos publicar os textos assinados por vários autores – franceses e brasileiros –, exceto o de Jean-Claude Combessie, que fez uma reflexão metodológica sobre a pesquisa. Nem todas as contribuições foram totalmente simétricas, mas mantivemos a coautoria para sinalizar a importância da parceria.

CGR: Este trabalho conjunto foi publicado na edição 43/44, de 2001, do *Cahiers du Brésil Contemporain*, revista que Afrânio coordenava com o Ignacy Sachs.

BL'E: Isso. Já na viagem do aeroporto do Recife a Rio Formoso, vimos acampamentos à beira da estrada, bandeiras vermelhas – talvez do MST, da Pastoral da Terra ou da Fetape. Em 1997, começamos a participar das discussões sobre acampamentos e ocupações de terra. Em 1999, eu e Lygia criamos uma nova parceria entre a École Normale e o mestrado do PPGAS, que resultou num novo período de campo na Zona da Mata, mais longo, um mês com o argentino Sérgio Chamorro, excelente fotógrafo. Alguns do primeiro grupo voltaram: Jorge Pantaleón, Frédéric Viguier, Delphine Serre; outras, como Marie Gaille (filósofa, hoje diretora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais do CNRS) ou Liliane Bernardo, minha orientanda no mestrado. Essas experiências foram formadoras – muitos mantiveram relações com o Brasil. Marie Gaille depois desenvolveu contatos com filósofos brasileiros, em Belo Horizonte.

CGR: E como era a relação com o pessoal do campo? Vocês falavam com eles em português? Tinham entrevistas?

BL'E: Fomos os herdeiros das relações históricas tecidas entre antropólogos do Museu Nacional e o movimento sindical rural. Desde as primeiras

pesquisas, no final dos anos 60, eram aliados. O Zé Paulo, prestigioso líder sindical das grandes greves de 1979 na Zona da Mata, foi eleito prefeito em 1996; foi o primeiro homem negro e sindicalista a assumir a prefeitura de Rio Formoso. Era um momento simbólico de mudança.

O tema geral passou a ser a ocupação de terras e transformações sociais, mas um foco foi a prefeitura – as tentativas de mudança, as dificuldades, as expectativas da população em relação ao prefeito. As relações passavam pelo sindicato. Lygia tinha laços fortes com lideranças locais, inclusive um jovem líder do MST conhecido como “Cabeludo” – por ter a cabeça raspada.

Embora o tipo de pesquisa coletiva que fizemos naquele primeiro momento tenha sido mais uma pesquisa sobre o movimento político, feita em lugares públicos – assembleias, ocupações de terra; falando com lideranças etc. –, posteriormente, comecei a conhecer mais as famílias e ter relações de maior proximidade dentro das casas.

Lygia desenvolveu uma linha de pesquisa sobre o que ela chamou de “forma acampamento”, essa nova tecnologia política trazida pelo MST para Pernambuco e apropriada pelo movimento sindical. Isso virou a pesquisa dela nos últimos anos.¹⁶

Eu também me interessava pela política, mas fui me aproximando também do mundo das mulheres – mães, senhoras –, inclusive, algumas, aos poucos, viraram lideranças. O Frédéric Viguier notou a diferença entre casas bem cuidadas e ornamentadas, indicando investimento, e as casas de homens solteiros, o que nos chamou a atenção e virou tema em exposições – e mais tarde, tema de pesquisa minha com a noção de *oikonomia*, ou governo da casa.¹⁷

Em 1999, fiquei cerca de dois meses e propus a Lygia o desafio de montar uma exposição. Queríamos compartilhar o que vimos e entendemos com públicos dentro e fora da academia. Lygia montou uma exposição muito expressiva, no Museu Nacional, com apoio da Petrobras: ela chegou a colocar retratos gigantes de lideranças do movimento sindical (FETAPE) e do MST na Sala do Trono, criando um efeito forte de *invasão* desse lugar de prestígio.

Na ENS, fizemos outra exposição, com a ajuda de alunos da Escola de Arte Decorativa (École nationale supérieure des arts décoratifs - Ensad). Criamos uma expografia tridimensional – simples, mas interessante, que

¹⁶ Ver Lopes (2009).

¹⁷ L'Estoile (2020).

também foi vivida por algumas pessoas como invasão do espaço erudito por camponeses.¹⁸ A exposição foi apresentada na Universidade de Dijon em 2005, no âmbito das atividades do Ano do Brasil na França.

Em 2000 e 2001, recebemos um apoio expressivo do Ministério de Relações Exteriores da França, que permitiu vários encontros. Em 2000, organizamos uma sessão especial na Reunião da ABA, em Brasília, com o grupo vindo da França e Lygia, sobre acampamentos no Brasil. Tudo em português, embora alguns tivessem dificuldade com a língua. Também fizemos uma sessão na França, durante a Semana Brasil da EHESS/FMSH, com uma mostra de fotos no hall da *Maison des Sciences de l'Homme* no Boulevard Raspail. Mais tarde, consegui levar essa exposição para Rio Formoso, para restituir a pesquisa e as fotos para as próprias pessoas.

ED: E tinham relações com o pessoal da Federal de Pernambuco?

BL'E: Nenhuma. Depois, tive contato com o Renato Athias e fiz um seminário sobre a pesquisa sobre museus na UFPE, mas foi muito tempo depois. Na época, segundo diziam os colegas do Rio, o pessoal de Pernambuco não se interessava pela população da Zona da Mata – eram mais teóricos.

CGR: Tão perto e tão longe, né?

BL'E: Exatamente. Não houve interação real naquele momento.

Retomando, é importante lembrar as redes institucionais. Como foi notado pela Monique de Saint Martin em um debate no GRBC com Afrânia, o problema de livros como *Bourdieu e as Américas* é que personalizam demais – criam “heróis epistêmicos” e apagam as redes sociais que os suportam. A relação da ENS com o Museu Nacional ficou ofuscada. Por exemplo, Florence Weber entrou nessa conversa, depois a historiadora Laurence Fontaine também, a partir de 2000; elas viajaram para o Brasil, tiveram textos traduzidos etc.

Os projetos Capes/Cofecub, apesar das diferenças – uns mais sociológicos, outros mais antropológicos – mobilizaram sempre um mesmo núcleo de pessoas, mas também teceram novas redes. Isso revela o papel da estrutura institucional. Pode parecer pouco – duas, três viagens por ano de cada lado –, mas em quatro anos são muitas trocas, encontros, amizades, até namoros...

Coordenei três convênios Capes/Cofecub com Federico Neiburg: o primeiro (Internacionalização e transformação dos Estados nacionais: cultura, política e economia) nos bastidores, sendo nominalmente

¹⁸ L'Estoile (2003a).

encabeçado por Christian Baudelot, ainda com o CSEC. Depois vieram, após minha estadia no Museu Nacional, projetos mais voltados para a antropologia social, “Modos de governo e práticas econômicas ordinárias: abordagem comparativa”¹⁹ e finalmente “Governar a incerteza: territórios, mercados, casas”, de 2019 a 2023.

ED: As relações vão se mantendo. Vão se retroalimentando...

BL'E: Pois é.

CGR: É outro ponto de vista, né? Porque no ponto de vista personalizado, perde-se a estrutura de financiamento e a rede. São muito mais pessoas envolvidas...

BL'E: Exatamente. Uma coisa que eu sugeriria aprofundar com esse novo projeto Capes/Cofecub de vocês, Eduardo, é pesquisar quem participou desses intercâmbios – quem fez doutorado-sanduíche, quem fez missões. Acho que é uma fonte rica para entender como as relações se teceram.²⁰

Por exemplo, a Maria Eduarda Rocha trabalhou muito a partir de correspondências. Nelas, vemos vínculos pessoais entre pesquisadores na França e no Brasil, menções a viagens e visitas, trajetórias acadêmicas, e é muito interessante, mas corre-se o risco de perder a dimensão institucional – a estrutura que sustentava essas trocas.

CGR: Porque é a montagem institucional, né? A montagem financeiro-institucional.

BL'E: Exato. Desde o início, a primeira relação visível, sempre destacada por Afrânio Garcia, foi a vinda do Moacir Palmeira à França nos anos sessenta, para escrever a tese de sociologia. Muitos antropólogos sociais do Museu Nacional eram sociólogos “convertidos”, formados na PUC, como Lygia Sigaud, Otávio Velho, João Pacheco e Luís Fernando Duarte, que migraram para a Antropologia Social por ser um espaço mais protegido durante o regime militar, enquanto a Sociologia ficava mais na linha de mira.

Na França, o vínculo era principalmente com Bourdieu, embora eles também lessem os antropólogos britânicos. Cada um tinha seu perfil: uns mais sociológicos, outros mais antropológicos. Lygia tinha um olhar antropológico forte, mesmo dialogando com a Sociologia.

¹⁹ Ver: L'Estoile (2014) e L'Estoile e Neiburg (2020).

²⁰ Benoît faz referência ao projeto Capes/Cofecub coordenado por Julien Duval (CESSP) e Rodrigo Bordignon (UFSC), intitulado “Sociologia franco-brasileira dos intelectuais e da cultura” iniciado em 2025.

Mas, de fato, a relação se estruturava com uma Sociologia de cunho durkheimiano. Os etnólogos “ontológicos” do Museu Nacional, por sua vez, dialogavam com o LAS de Philippe Descola na EHESS e no Collège de France.

O Alban Bensa, por sua vez, veio ao Brasil no encontro de 1997 no Museu; ele acabou se aproximando de João Pacheco, que estava mais voltado à etnologia das relações com o Estado do que às cosmologias ou ontologias, do grupo do Viveiros de Castro e Descola. Esses acordos institucionais foram cruciais para aproximar pesquisadores.

Minha relação sempre foi privilegiada com o Museu Nacional. Fui convidado várias vezes como professor visitante, mas, por ter um cargo precário na École Normale, não podia me ausentar por períodos mais longos. Esperei até 2008, quando entrei no CNRS – aí pude passar novamente um ano e meio no Brasil, como pesquisador visitante pelo CNPq.

Em 2007 ou 2008, criaram um “bureau do CNRS” no Rio de Janeiro – que era, na verdade, uma única pessoa. Logo pedi vínculo administrativo a esse centro, o que me permitiu ser convidado pelo CNPq como professor visitante no Museu Nacional.

Em 2008, eu entrei no CNRS e fui logo para Pernambuco retomar o trabalho de campo. A ideia era ser convidado pela Lygia como professor visitante. Só que ela ficou doente. A doença dela foi muito rápida. Ela faleceu em março de 2009. Então, eu fui convidado pelo Federico Neiburg e fiquei no Museu Nacional entre fevereiro de 2010 e agosto de 2011. Dessa vez, fui com a Charlotte, que tinha sido convidada pela UFF, pelas professoras Hebe Mattos e Marta Abreu. Eu estava no Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista; ela, na UFF. Morávamos no Leme; nossos filhos estudavam no Liceu Molière, em Laranjeiras. Chegamos a morar, no início, na casa do Afrânia e da Marie-France, antes de achar um apartamento próprio no Leme.

Foi nesse período que eu fui convidado para dar palestras em Brasília, na UnB e em outros lugares. Na Unicamp fiz palestras e uma entrevista para a revista Proa, com o Eduardo, a Ilana e a Mariana.²¹ Também conheci a Joanna Lopes da Hora, que tinha publicado uma resenha do meu livro *Le goût des Autres*;²² muitos anos depois, fui coorientador da sua dissertação de mestrado sobre a arte no Haiti, pelo PPGAS da UNICAMP, finalista do concurso de melhor dissertação de mestrado da ANPOCS (2025). Mais uma vez, essas relações pessoais só foram possíveis pelo enquadre institucional...

²¹ Dimitrov, Goldstein e Françozo (2011).

²² Hora (2009).

CGR: Você ficou um ano e meio nesse período?

BLE: Sim. Dei aulas em português com o Federico Neiburg, sobre comparação, e fiz trabalho de campo.

CGR: Uma curiosidade minha: você fez doutorado com o Christian Topalov, que também foi ao Brasil, mas com outro foco – a questão urbana, o marxismo. Essa rede que você está reconstruindo não cruzava com a rede dele? Líamos textos de Topalov na faculdade de Arquitetura e Urbanismo, onde a recepção dele é maior. Ele abandonou isso?

BLE: Quando eu estava como professor visitante no Museu Nacional em 2011, o Topalov veio ao Rio, convidado por Margareth da Silva Pereira, dos estudos urbanos da UFRJ, e deu uma palestra no IFCS. O pessoal o conhecia como o sociólogo marxista dos anos 1970, mas ele já não estava nem aí – era outra pessoa. E ele via esse “Topalov de antigamente” – como dizia – como se realmente fosse outra pessoa. Ele havia sido uma espécie de intelectual orgânico do Partido Comunista francês sobre a questão urbana... Só que, depois, começou a se interessar mais pela questão da historicização e pela relação entre a reforma social e a produção de conhecimento sobre o mundo social. Também se voltou para questões de reflexividade, e foi esse que conheci...

Eu não quis fazer o DEA pluridisciplinar de Ciências Sociais na École Normale, pois já tinha ouvido muitas aulas lá e quis variar. Então fiz o DEA em Sociologia na EHESS com o Bourdieu. Mas acabei construindo meu próprio DEA pluridisciplinar: segui disciplinas de Antropologia com Jean Jamin e Jean-Claude Galey, e as de Topalov e do historiador Bernard Lepetit sobre estudos urbanos. Adorei essas aulas, pelo modo crítico de leitura, inserindo os textos em uma história social. Por isso, pedi ao Topalov que fosse o segundo leitor da minha dissertação de DEA, junto ao Bourdieu. Gostei tanto da arguição dele que o escolhi como orientador de doutorado, já que o Bourdieu tinha pouca disponibilidade. Ele apenas pedia para apresentarmos no seminário dele – era assim que se relacionava. Embora mais distante, continuei em relação com Bourdieu: apresentei em 1996, no seminário dele sobre história social das ciências sociais.

CGR: Então você acabou escolhendo o Topalov por essa autonomia?

BLE: Sim. Eu sempre curti autonomia. Nunca quis aderir a uma ortodoxia. O Topalov foi um ótimo orientador: cuidadoso, atento, um leitor generoso. Seu único defeito foi ser gentil demais comigo. Deveria ter dito: “Termine a tese, pare de fazer mil projetos, concentre-se”. Mas a culpa foi minha.

ED: É, mas ao mesmo tempo essas atividades te deram uma experiência que você talvez não tivesse depois...

BL'E: Sim. Foram grandes oportunidades de fazer experiências e conhecer pessoas incríveis no Brasil, mas também nos Estados Unidos, Europa, Inglaterra etc. Mas era um equilíbrio perigoso: ou eu caía do lado bom – como acabou acontecendo depois de muitas reviravoltas – ou não teria emprego acadêmico. Cheguei a considerar, com a Lygia, mudar para o Brasil, porque na França não encontrava espaço no mundo acadêmico. Mas Charlotte tinha carreira aqui, tínhamos filhos. Fomos ao Brasil por um período, mas não demos o passo de ficar. Continuo indo ao Brasil com frequência.

Pensei que, estando na École Normale, num lugar central, eu teria a chance de organizar coisas coletivas, de chamar pessoas.

CGR: De tecer essa rede...

BL'E: É verdade. Rapidamente me internacionalizei e passei a ser reconhecido como antropólogo fora da França. No Brasil, não havia dúvida de que eu era antropólogo. No Reino Unido, também: em 1995, fui convidado para o seminário do Departamento de Antropologia da LSE (London School of Economics), um dos lugares mais exigentes do mundo. É uma arena dura: os alunos, querendo parecer brilhantes, fazem perguntas “mortais” a quem apresenta. Uma hora de fala, uma hora de questões; depois, todos vão ao pub tomar uma cerveja para lamber as feridas.

Na França, não era assim. Sociólogos me diziam que eu era antropólogo; historiadores achavam que eu era um cientista social; antropólogos me rejeitavam como historiador ou sociólogo. Eu não tinha um lugar claro até que, em 2008, entrei no CNRS, não na seção 38, dedicada à Antropologia, onde tinha inimigos ferrenhos, mas na seção 40, intitulada “Poder, Política e Organização”. Em 2012, tornei-me Directeur de Recherche e passei a orientar doutorandos e coordenar projetos oficialmente. Era uma seção dominada por cientistas políticos que tinham uma visão mais ampla do campo, falando em “ciências sociais do político” e marcados pela herança de Bourdieu; eles reconheceram meu trabalho como antropologia política – que eu chamei na ocasião de “sociologia política”. Eu falei no concurso: “o que faço é reconhecido como antropologia social no Brasil, na Inglaterra e nos Estados Unidos; na França, nem sempre. Então venho ‘buscar refúgio’ na casa de vocês”. Acabei ensinando em um colégio da periferia antes de integrar o CNRS.

CGR: E quando você começa no grupo de Afrânio? Foi em 2019 que Afrânio te convidou para o GRBC, não?

BLE: Na verdade, o Afrânio vinha me chamando há anos. Todos aqueles acordos de que falamos alimentaram o GRBC: praticamente todos que vieram nos últimos convênios passaram por lá. Isso já não ocorria com a etnologia das ontologias, que já havia tomado outro rumo. Resolvi aceitar o convite do Afrânio no momento em que Jair Bolsonaro foi presidente da República, e me pareceu essencial manter abertos e ativos os espaços de diálogo com colegas do Brasil.

CGR: E como o tema dos museus entra costurando essa trajetória, até chegar ao Museu do Quai Branly?

BLE: Primeiro, a experiência no Museu Nacional, que de fato era um museu de História Natural e Antropologia, foi importante, ainda que o PPGAS não tivesse ligação forte com as exposições, a não ser pelo barulho das turmas escolares correndo no andar de cima das salas de aula. Sendo o único museu do Rio acessível por trem, era muito visitado por escolas dos subúrbios, mas as exposições ficavam anos sem renovação.

Lygia foi a primeira, em muitos anos, a propor uma exposição no Museu, por razões políticas. Em 2002, quis mudar a imagem negativa dos acampamentos e dos trabalhadores sem-terra, vistos como marginais, e montou uma grande mostra com apoio da Petrobras, a partir do material da nossa pesquisa coletiva em Pernambuco.

Sempre me interessaram museus, arte e exposições, menos os museus de etnografia – achava o *Musée de l'Homme* envelhecido e tedioso. Depois passei a ver o interesse intelectual. Comparando a antropologia na França e na Grã-Bretanha, notei que, na França, o museu é central na institucionalização da disciplina nos anos 1920–30 (*Musée d'Ethnographie du Trocadéro*): uma epistemologia da coleta e do colecionismo orienta a pesquisa.²³

Já na Grã-Bretanha, embora também tenha começado em museus (Taylor em Oxford, no Pitt Rivers Museum), nos anos 1930, a antropologia social se desenvolveu ligada à reforma colonial e ao governo de “sociedade” e “cultura”. Com Malinowski e a LSE, com apoio da Fundação Rockefeller, o museu sai de cena. Na França, percebi a importância do museu e da Exposição Colonial de 1931 na formação da antropologia. Retomei essa genealogia em *Le goût des Autres* (2007).

²³ Ver: L'Estoile (2003b).

Depois, vieram as experiências expositivas a partir da pesquisa coletiva no Nordeste: primeiro, apenas com fotos; depois, trabalhar com artistas e alunos da ENSAD para criar uma expografia tridimensional com fotos e sons. Quis aplicar isso na França, mas as entrevistas eram em português. No Museu Nacional, era uma exposição com objetos: uma barraca construída dentro do museu pelo líder do MST, Cabeludo, uma van com dispositivo de áudio para entrevistas, fotos minhas e de outros.

Um contraponto foi a exposição *Terra*, do Sebastião Salgado, sobre o MST, que vimos em Paris, na École normale supérieure, antes de viajar em 1997. Dizia: “Isso é o que não queremos fazer.”

CGR: É uma imagem estetizada do outro.

BLE: Sim, com ecos de iconografia católica e soviética. Não era tampouco o caso de apresentar uma “cultura do Nordeste”, ou apresentar um “sistema de pensamento”. A questão era dar lugar a pessoas individuais, à fala – ainda que em francês –, enfatizando a diversidade dos percursos.

CGR: Mais próximo do raciocínio antropológico, de construir relações...

BLE: Um raciocínio etnográfico renovado. Nos textos dos anos 70–80, a etnografia era genérica, falando de modo genérico, “os trabalhadores”, “os moradores”. Não se nomeavam os interlocutores, em parte por razões de segurança, mas também não se usavam pseudônimos. Nós fizemos o contrário: titulamos a mostra “A gente passou a ser gente”, retomando as palavras de um beneficiário da reforma agrária que tinha entrevistado em 1999. Trabalhadores rurais, antes “sem voz”, apareciam como pessoas – “gente”. Colocamos grandes retratos com falas atribuídas a cada um.

No Brasil, “Lonas e bandeiras em terras pernambucanas” focava os acampamentos; na França, mostramos uma trajetória social coletiva e seus reflexos nas trajetórias individuais e familiares: o mundo da cana, o momento de acampamento e incerteza, o assentamento com futuros possíveis, mas também as dúvidas. Exibimos trajetórias positivas – como o trabalhador que vira agente – e relatos de perdas (professora, patrão etc.). Queríamos destacar a diversidade de destinos.

Organizei, com alunos da ENS e da ENSAD, um seminário de preparação por um ano. Visitamos o Musée de l’Homme, fomos a Lyon conhecer o projeto do Musée des Confluences, convidamos arquitetos do Museu de Etnologia de Hanói. Chamamos artistas, o antropólogo Jean-Paul Colleyn e a fotógrafa Catherine de Clipper, curadores da exposição Mali Kow, na Villette.

Tratava-se de inventar modos de expor que fizessem o público pensar, e não só receber mensagens.

Lembro de um aluno artista da ENSAD dizendo: “Explique-nos seu projeto que transformamos em exposição.” Respondi: não é assim – a exposição tem que surgir de um diálogo entre a concepção e a arte. Pensar o museu é uma coisa; lidar com os limites práticos do trabalho expositivo é outra.

ED: Na entrevista que fizemos em 2011 para a *Proa*, você estava preocupado – acho que também é a preocupação em *Le goût des autres* – com a questão da simetria: como, a partir de uma coleção formada em bases coloniais, seria possível restabelecer uma espécie de simetria, historicizando a coleção. E agora, com sua fala sobre a experiência no Brasil, acho que essa ideia da simetrização fica ainda mais forte. Eu ia te perguntar isso: como, agora, no Quai Branly, você trabalha com a questão da simetria? Na entrevista da Proa, você falou da parte da Oceania na exposição permanente, que teve muito impacto na época por ser muito sinestésica, com partes de que você gostava e partes em que se sentia oprimido. E agora, estando dentro da estrutura do museu, como lidar com isso?

BL'E: É importante ressaltar que aqui no museu do Quai Branly temos dois departamentos: Pesquisa e Ensino (que dirijo) e Patrimônio e Coleções (com outra diretora). Refletem a dupla tutela – Ministério da Cultura e Ministério da Pesquisa e Ensino Superior – herança do Musée de l'Homme. É o único museu francês com essa dupla tutela.

Em orçamento, pessoal e peso institucional, Patrimônio e Coleções é muito maior. Pesquisa tem pouca ingerência nas exposições. Portanto, a simetria aqui é apenas no papel!

Mas vou tomar um exemplo de simetrização: há um projeto que começou antes de mim, com colegas africanos de museus e universidades, que produziram a exposição La Mission Dakar-Djibouti: contre-enquêtes, uma releitura dessa expedição paradigmática dos anos 30, considerada mito de origem do africanismo francês.

Não participei da pesquisa, mas participei da organização do colóquio de dois dias na abertura da exposição. Trouxemos não apenas os cocuradores, vários deles africanos, mas também outros colegas, benineses, senegaleses, da Etiópia, dos Camarões etc., para compor esse evento.

As mesas não tinham equilíbrio sistemático. Algumas eram majoritariamente de colegas africanos, outras mistas, outras de franceses. Mas, no conjunto, havia presença de vozes diferentes. E não apenas textos escritos: alguns colegas de

museus africanos não têm o hábito de escrever artigos acadêmicos, mas estavam à vontade comentando e debatendo a partir de vídeos de “contra-inquéritos” que eles tinham feito nos lugares visitados pela missão Dakar-Djibouti em 1931-1932. Voltaram lá e conversaram com as pessoas para entender a visão delas sobre a expedição e os objetos levados por ela.

Essas participações entraram no próprio colóquio. Serviu para dar circulação real. Houve muito tempo para debate e discussão sobre fontes, arquivos, fotografias – sobre como compartilhar esses materiais.

Esse é um dos modos de fazer dentro do modelo científico. Outra coisa, antes mesmo de eu entrar no Musée du Quai Branly, participei de um projeto USP/Cofecub, entre o Musée du Quai Branly e o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE), sobre “coleções compartilhadas de Claude e Dina Lévi-Strauss”. A Maria Luísa Lucas, que foi pós-doutoranda aqui, agora professora de etnologia no MAE, estava envolvida, junto como Leandro Varison, brasileiro que trabalha no museu e que agora chamei para ser diretor adjunto do departamento.

Quando o casal Lévi-Strauss fez as expedições ao Brasil central, com apoio da Câmara Municipal de São Paulo e de Mário de Andrade, foi depois da criação da Comissão de Fiscalização das Expedições Estrangeiras pelo Estado Novo, que obrigava as expedições a deixarem no Brasil parte do que coletavam. Assim, há coleções gêmeas no MAE e no Musée du Quai Branly.

A ideia foi trabalharmos essas coleções de forma conjunta. Em outubro de 2024, trouxemos representantes indígenas Bororo (ou Boe, como se autodenominam), três homens e duas mulheres, para pesquisar as coleções conosco, ajudar-nos a identificar os objetos. Eles reconstruíram um *pariko*, um tipo de cocar de penas de arara que representa a pessoa após o falecimento, para doar ao museu. Mas fizemos também uma sessão em que apresentamos os filmes de Claude e Dina Lévi-Strauss, em preto e branco, de 1935-1936, e eles comentaram. Foi um momento muito forte – uma inversão da relação da expedição.

Quando os Lévi-Strauss foram para lá, tinha-se a ideia de que os índios iam desaparecer como índios e se tornar brasileiros, parte do povo brasileiro. A missão da expedição era literalmente salvar esses objetos e deixá-los nos museus como relíquias daquela cultura, como coisa pré-histórica. Ver os Bororo aqui, mostrando que ainda fazem esses objetos e falando sobre a cultura deles, sobre o problema da relação com o agronegócio e o fato de terem perdido aquela aldeia do rio – antes cheia de peixes, como se vê nas

imagens – e agora com tantas dificuldades, foi um momento muito forte. Dei a palavra a eles. Falaram em português, às vezes em Boe; eu e o Leandro traduzimos para o francês. Foi algo muito intenso.

Recentemente, por intermédio de uma ex-orientanda minha, em cotutela entre museu nacional e EHESS, Aline Chaves Rabelo, veio uma delegação Maasai do Quênia e da Tanzânia. Foi algo semelhante: foram olhar os objetos nas reservas; queriam entender como existiam objetos Maasai na França, embora a França nunca tenha tido relação colonial com o Quênia e a Tanzânia – ao contrário da Alemanha e da Inglaterra.

Apresentamos, na sala de cinema, vídeos Maasai. Eles, por sua vez, nos contaram que a defesa da cultura está ligada à defesa do território contra os parques naturais e o próprio governo tanzaniano, que era o tema pesquisado na tese da Aline. Mas essa experiência teve, ainda, uma relação com os objetos no museu. Eles chamaram de “curar as feridas coloniais”, retecendo as relações com os objetos vindos para cá.

Mais uma vez, trata-se de abrir o museu para dar a palavra aos descendentes de quem fez os objetos. Foi muito forte porque havia quatro línguas nessa discussão. Um ancião falou na língua Maa, que é a língua dos Maasai, traduzido por uma colega para o suaíli, traduzido pela Aline para o inglês e, com tradução simultânea, para o francês. Foi um momento muito... marcante.

Esses são exemplos do que se pode fazer. E outro, para finalizar: o Leandro Varison e o artista indígena Denilson Baniwa compartilharam a curadoria da exposição Amazônia: criações e futuros indígenas. A ideia é apresentar a Amazônia não a partir de um ponto de vista histórico ou etnológico, mas de um ponto de vista indígena, chamando artistas e especialistas indígenas.

Esse é o tipo de caminho para tentar mudar as relações em direção à simetria. Claro, não são todas as exposições do Musée du Quai Branly que obedecem a esse modelo.

CGR: Essas exposições são laboratórios para testar outras formas...

BL'E: Exatamente. Talvez o fio comum seja usar instituições e modelos existentes – estruturalmente assimétricos – para construir coisas novas, às vezes subvertendo-os, em direção à simetria.

CGR: Ótima ideia para fechar: usar as brechas das instituições e dos programas de cooperação para simetrizar as relações.

ED: Obrigado, Benoît!

CGR: Obrigada!

Referências

- Bertin, Carla. (2023). À propos de la journée d'étude « Quand le Sud pense le Nord : défis méthodologiques et enjeux épistémologiques », visioconférence, le 4 décembre 2020. *Lectures anthropologiques – Revue de comptes rendus critiques*, (10). <https://doi.org/10.4000/14odq>
- Boltanski, Christophe. (2015). *La cache*. Hachette France.
- Castelnau-L'Estoile, Charlotte de. (2025). L'histoire du Brésil sur un pas de deux. *Brésil(s)*, 7, <https://doi.org/10.4000/14r92>
- Chamoiseau, Patrick. (1993). *Texaco*. Cia. das Letras.
- Dimitrov, Eduardo, & Goldstein, Ilana S., & Françozo, Mariana de C. (2011). “A experiência do museu é a de se deslocar”: entrevista com Benoît de L'Estoile. *Proa: Revista de Antropologia e Arte*, 3, 1–14, 1 nov.
- Duby, Georges. (1993). O domingo de Bouvines. Paz e Terra; Graal; Grupo Record.
- École Normale Supérieure – ENS. (2003). *Créditos da exposição «Nous sommes devenus des personnes» : Nouveaux visages du Nordeste brésilien*. <https://expositionnordeste.cmh.ens.fr/>
- Garcia Jr., Afrânio, Garcia-Parpet, Marie-France, Poupeau, Franck, & Rocha, Maria Eduarda (org.). (2023). Bourdieu et les Amériques. Une internationale scientifique : genèse, pratiques et programmes de recherche. Éditions de l'IHEAL.
- Hora, Joanna L. da. (2009). Le goût des autres : de l'exposition colonial aux arts premiers. *Proa: Revista de Antropologia e Arte*, 1(1), 353-360. <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/proa/article/view/16401>
- L'Estoile, Benoit de. (2022). Prefácio. Trinta anos de patrimônios e museus no Brasil: fragmentos de memórias subjetivas. In R. Abreu *et al.* (org.), *Patrimônios e Museus: Inventando Futuros* (pp. 7-29). EDUFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49224>
- L'Estoile, Benoit de. (2020). Oikonomia na Zona da Mata: apresentação aos leitores brasileiros. *RURIS*, 12(2), 211-226. <https://doi.org/10.53000/rr.v12i2.4258>
- L'Estoile, Benoit de. (2013-2014). Modes de gouvernement et pratiques économiques ordinaires : approche comparative. Bilan du séminaire 2013-2014. *Les carnets de l'Iris*. <https://iris.hypotheses.org/543>
- L'Estoile, Benoit de. (2007). *Le goût des autres : de l'exposition coloniale aux arts premiers*. Flammarion.

- L'Estoile, Benoit de. (2003a). Nous sommes devenus des personnes : portraits d'une redistribution des terres au nord-est. *Vacarme*, (22), 109-119. <https://doi.org/10.3917/vaca.022.0109>
- L'Estoile, Benoit de. (2003b). "O arquivo total da humanidade": utopia encyclopédica e divisão do trabalho na etnologia francesa. *Horizontes Antropológicos*, 9(20), 265-302. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832003000200014>
- L'Estoile, Benoit de. (2001) Le goût du passé : Erudition locale et appropriation du territoire. *Terrain*, 37, 123-138. <https://doi.org/10.4000/terrain.1344>
- L'Estoile, Benoit de, & Neiburg, Federico. (2020). Governing the house: an ethnographic approach (introduction). *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 24(3), 655-664.
- L'Estoile, Benoit de, Neiburg, Federico, & Sigaud, Lygia (org.). (2005). *Empires, nations, and natives: Anthropology and state-making*. Duke University Press.
- L'Estoile, Benoit de, Neiburg, Federico, & Sigaud, Lygia (org.). (2002). *Antropologia, impérios e estados nacionais*. Relume Dumará; FAPERJ.
- L'Estoile, Benoit de, & Sigaud, Lygia. (2003). *Lonas e bandeiras em terras pernambucanas*. Museu Nacional.
- Lopes, José Sérgio L. (2009). A "ponta do novelo": em busca da trajetória de Lygia Sigaud. *Mana*, 15(1), 257-278. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132009000100010>
- Rabier, Christelle. (ed.). (2000). *Revue de Synthèse, numéro 3-4 : Anthropologies, états et populations*. Albin Michel.

Recebido: 10 dez. 2025.
Aceito: 16 dez. 2025.



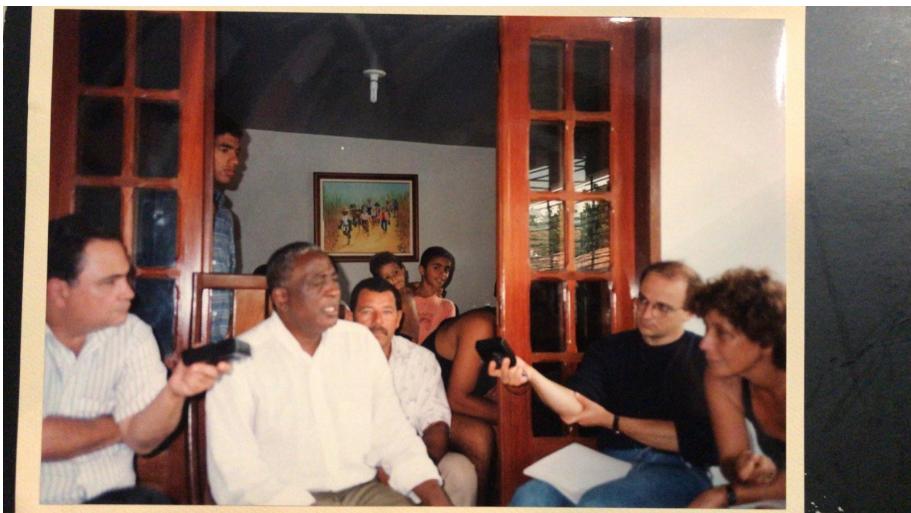
Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](#)

ANEXOS

Tabela 1. Reconstrução parcial de convênios bilaterais franco-brasileiros envolvendo PPGAS, LSS, CSEC ou CRBC a partir dos anos 1990

Período	Título do Projeto	Instituições Brasileiras	Coordenadores BR	Instituições Francesas	Coordenadores FR / Observações
1990–1992	Culture et politique	UFRJ (PPCAS/MN)	Afrânio Garcia (?)	CSERC (Centre de sociologie de l'éducation et de la culture)	Monique de Saint-Martin (?)
1994–1997	Natureza, Trabalho, Cultura e Poder	UFRJ (PPCAS/MN; José Sérgio Leite Lopes) + IFCS, UFRJ	José Sérgio Leite Lopes	École des Hautes Études (CSEC) + LAS (Collège de France-EHESS-CNRS) + LSS (ENS)	Monique de Saint-Martin (Rémie Lenoir) / Philippe Descloa / Christian Baudelot
1999–2002	Internacionalização e Transformação dos Estados Nacionais: cultura, política e economia	UFRJ (PPCAS/MN e IFCS)	Federico Neiburg	Laboratoire de Sciences Sociales (CNRS/ENS) + CSEC + CRBC	Christian Baudelot / Benoît de L'Estoile
2003–2006	Internacionalização dos Intercâmbios Científicos e Recomposição das 1970–2000	UNICAMP + (UFMG/UFRJ/UFSCGS/UFF)	Leôncio Bicalho Canêdo	CRBC / EHESS + CSE / CSFC	Afrânio Garcia Jr
2005–2008	Circulação Internacional de Elites Intelectuais	UFSCAR + UNICAMP	Roberto Grün	EHESS (CEMS + CRBC?)	Monique de Saint-Martin
2007–2010	Arte, imagem e memória: Horizontes de uma antropologia da imagem e da cognição	UFRJ (PPCAS/MN)	Carlos Fausto	Laboratoire d'Anthropologie Sociale (Collège de France, EHESS, CNRS)	Carlo Severi
2013–2016	Modos de governo e práticas econômicas ordinárias	UFRJ (PPCAS/MN e IFCS)	Federico Neiburg	IRIS (CNRS-EHESS-INSERM) + CMH (CNRS/ENS/EHESS)	Benoit de L'Estoile
2018–2023	AMOC. Régimes nationaux de l'autochtonie. Peuples autochtones et questão nacional dans les Amériques et en Océanie	UFRJ (PPCAS/MN)	João Pacheco de Oliveira	IRIS / EHESS	Alban Bensa
2019–2023	Governar a incerteza. Territórios, mercados, casas	UFRJ (PPCAS/MN, Ifcs, UFF, UERJ, Univ. do Amapá)	Federico Neiburg	CNRS, CMH, ENS, EHESS, IRIS	Benoit de L'Estoile

Foto 1. Entrevista coletiva com o prefeito de Rio Formoso (PE), Zé Paulo, na casa dele, 14/09/1997, pesquisa coletiva na Zona da Mata



Na foto aparecem Afrânio Garcia, Zé Paulo, Jérôme Gautié, Lygia Sigaud.

Foto: Claire Zalc (1997).

Foto 2. A volta do trabalho na área coletiva do futuro assentamento. Engenho Amaragi, Rio Formoso (PE)



Foto: B. de L'Estoile (setembro de 1999).

Foto 3. Pedro Assunção, Zé Pequeno (?), Teixeira, Zé Paulo, líderes camponeses em Rio Formoso e Tamandaré (PE). “Lonas e bandeiras em terras pernambucanas”, exposição realizada no Museu Nacional (UFRJ), de 12 de agosto a 10 de novembro de 2002



Fonte: fotografia reproduzida do catálogo da exposição Lonas e bandeiras em terras pernambucanas (L'Estoile & Sigaud, 2003, p. 90)

Foto 4. “Agora essa terra é minha”, Dona Morena, 1999



Fonte : Exposition Nous sommes devenus des personnes; Ecole normale supérieure, Paris, 2003